

---

## SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

Maio de 1982

---

Em abril, foram aprovadas as diretrizes para o Programa de Mobilização Energética (PME), que se traduzem em um conjunto de ações dirigidas à conservação de energia e à substituição dos derivados de petróleo, cujo objetivo geral é racionalizar a utilização de energia através da diminuição do consumo dos insumos energéticos e substituir, progressivamente, os derivados do petróleo por combustíveis alternativos nacionais. Para o setor agrícola refere-se tanto à conservação e substituição de suas fontes de energia como à produção de substitutos de derivados de petróleo.

Na área de conservação de energia, o Programa se propõe a difundir orientações para a economia de combustíveis nas máquinas agrícolas, em colaboração com os fabricantes de equipamentos, entidades de classe de produtores rurais e cooperativas agrícolas. Quanto às substituições de fontes de energia, o Programa sugere: uso da energia elétrica nos equipamentos de irrigação; uso do gasogênio em motores estacionários, caminhões e tratores; uso de resíduos vegetais como combustível e para produção de biogás; uso de coletores de energia solar na agroindústria; e o uso de energia eólica. Estas providências tornaram-se obrigatórias não só do ponto de vista da redução das importações de petróleo, meta básica das autoridades econômicas, como também do ponto de vista dos custos de produção do setor agrícola, devido à política de aumento dos preços do óleo diesel. Em 1981, este produto teve seu preço reajustado em 150%, taxa bem superior à inflação e à elevação dos preços dos produtos agrícolas.

Na produção de substitutos de derivados de petróleo, o setor rural é chamado a contribuir, em caráter de prioridade, na produção do álcool para fins energéticos e de óleos vegetais, sendo que a referência a estes últimos produtos se dá na forma de desenvolvimento de pesquisas. Nos três casos o Programa indica que os energéticos alternativos, oriundos de biomassa, devem ser produzidos o mais próximo possível dos centros de consumo, de modo a evitar que a economia de derivados, de um lado, se contraponha ao maior consumo de diesel no seu transporte a grandes distâncias. Quanto a esse ponto, a polêmica entre os diversos analistas do programa energético brasileiro é bastante conhecida. Destaca-se a competição destes produtos energéticos e a produção de alimentos, que ao serem deslocados para as terras menos férteis e/ou mais distantes têm seus custos elevados, tornando-se incompatíveis com os níveis salariais da economia. As diretrizes para o Programa de Mobilização Energética (PME) não fazem referência direta a este assunto, constituindo-se numa grande lacuna.

Nesse mês, o Banco Central do Brasil estendeu a área de atuação do Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação (PROFIR), incluindo 119 municípios do Estado de São Paulo; estendeu, também, a área de atuação do Programa Nacional de Aproveitamento de Várzeas

Irrigáveis (PROVARZEA), que passa agora a incluir todo o Estado de São Paulo.

Por sua vez, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) concedeu desconto de 32,2% nas tarifas de consumo e de demanda relativas aos fornecimentos de energia elétrica para unidades classificadas como rurais. Comenta-se que um dos entraves à difusão do PROFIR é a inexistência de uma ampla rede de eletrificação rural, especialmente no Centro-Oeste, daí a razão para sua extensão ao Estado de São Paulo e, possivelmente, para outros Estados do Sul do País.

Na área do crédito rural, o Banco Central do Brasil comunicou que os financiamentos de animais de pequeno porte (avicultura, apicultura, sericicultura, cunicultura, chincilicultura, ranicultura e piscicultura) poderão ser atendidos, em todo o País, com a parcela de 70% dos recursos destinados ao crédito rural. Anteriormente esta concessão limitava-se às Regiões Norte e Nordeste.

O Estado de São Paulo foi incluído no Terceiro Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR III), sendo prevista para 1982 a implantação de mil hectares de seringais de cultivo, dando-se prioridade aos pequenos e médios produtores. Essa cultura, dadas as suas características técnicas e econômicas, deve constituir-se em boa alternativa para este tipo de produtor. O Programa prevê, ainda, apoio financeiro para formação de viveiros de mudas e instalação de mini-usinas, bem como formação de mão-de-obra especializada, pesquisa e assistência técnica necessárias ao cumprimento do programa de cultivo.

Em abril, a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) fixou o preço de aquisição do trigo de produção nacional (quadro 1).

Segundo as informações de custo levantadas pelo IEA, os produtores paulistas de trigo, com produtividade média de 1.140kg/ha, gastarão Cr\$44.432,33 por tonelada de trigo produzida em 1982<sup>(1)</sup>. Considerando uma variação cambial de 30,9% entre abril e outubro de 1982, os preços de novembro, época normal de comercialização da safra do Estado de São Paulo, serão de Cr\$56.369,24, Cr\$53.104,28 e Cr\$43.175,02, respectivamente para produção com peso por hectolitro de 84,78 e 65. Isto representa que, dependendo da classificação do produto, a margem de remuneração do produtor variará de 21% positivo a 3% negativo.

O Instituto de Açúcar e do Alcool divulgou, em abril, os preços para o produtor da cana posta na esteira (sem PIS e ICM), que em São Paulo passou para Cr\$1.960,39/t, representando aumento de 61,6% em relação ao fixado em maio de 1981. O preço fixado é 13% inferior ao reivindicado pelos produtores, e permite uma margem de remuneração sobre as despesas diretas com mão-de-obra, uso de máquinas, insumos e juros bancários,

(1) Incluídas despesas com combustível, lubrificantes, manutenção e reparo de máquinas, mão-de-obra, insumos utilizados e juros sobre custeio.

QUADRO 1. - Preço do Trigo de Produção Nacional, Brasil, 1982

Tipo (Peso por hectolitro)	Preço ( <sup>1</sup> ) (Cr\$/t)	Tipo (Peso por hectolitro)	Preço ( <sup>1</sup> ) (Cr\$/t)
84	43.043,10	74	38.952,10
83	42.616,90	73	38.562,60
82	42.195,00	72	38.177,00
81	41.777,60	71	37.795,00
80	41.364,50	70	37.417,00
79	40.955,50	69	36.481,60
78	40.550,00	68	35.569,60
77	40.144,50	67	34.680,40
76	39.743,00	66	33.813,40
75	39.345,60	65	32.968,10

(<sup>1</sup>) A vigorar no mês de abril de 1982, e corrigido mensalmente até dezembro de 1982 com base na efetiva desvalorização cambial ocorrida até o último dia de cada mês.

Fonte: Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).

calculada pelos produtores, de 29%.

Finalmente, neste mês, o salário mínimo e o Maior Valor de Referência foram reajustados em 35,5% e 39,2%, respectivamente, passando a vigorar em maio o valor de Cr\$16.608,00, para o primeiro, e de Cr\$7.768,00 para o segundo.

#### COMPORTAMENTO DOS PREÇOS

O índice geral de preços recebidos pelos agricultores paulistas apresentou, em abril de 1982, acréscimo de 6,07%, o maior verificado nos últimos sete meses (figura 1), devido principalmente ao aumento de 8,01% no índice de preços de produtos animais. O índice de preços de produtos vegetais aumentou 4,87%, sendo que este percentual se reduz a 2,70% se retirado o café do total.

Os produtos que apresentaram as maiores variações positivas foram: leite (21,49%), cebola (19,33%), suínos (8,77%), café (8,07%), feijão (7,35%) e mamona (6,04%), devido principalmente à redução dos produtos no mercado. A participação desses produtos no índice mensal de preços recebidos foi de 11,50%, 0,67%, 3,61%, 25,44%, 2,30% e 0,72%, respectivamente. Variação negativa coube apenas ao milho (-0,09%), por se encontrar em plena colheita, enquanto os preços de chá, laranja e aves man

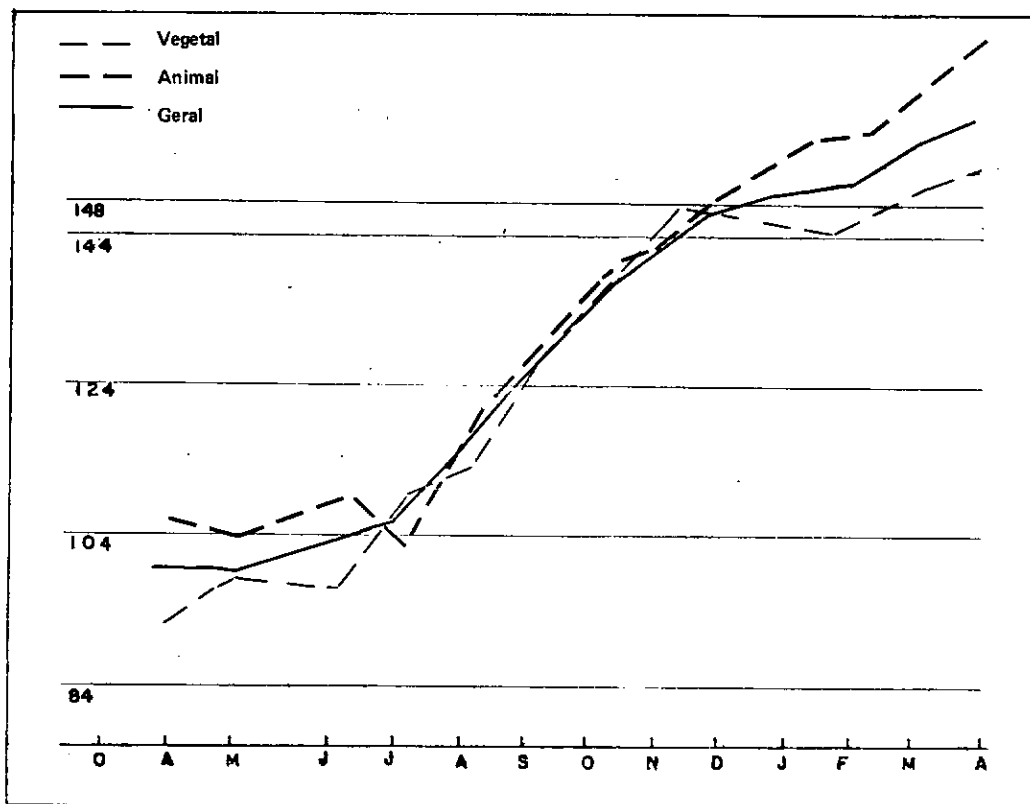


FIGURA 1. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo. Abril de 1981 a Abril de 1982. Base: 1961-62 = 100.

tiveram-se constantes.

Comparando-se o índice de abril de 1982 com o de abril do ano anterior, variações essas anotadas entre/parênteses após o produto, nota-se que produtos como a cebola (294,92%), arroz (143,64%), suínos (134,93%), laranja (122,26%), mamona (110,07%), ovos (104,81%), leite (96,10%), banana (94,29%), café (92,72%) e soja (92,39%) tiveram aumentos maiores do que a inflação verificada no período. Em termos reais em cruzeiro de abril de 1982, estes aumentos foram da ordem de: 106,42%, 27,35%, 22,79%, 16,17%, 9,80%, 7,05%, 2,50%, 1,55%, 0,73% e 0,56%, respectivamente. Os produtos que sofreram quedas no seu índice, neste período, foram feijão (-34,44%), batata (-3,20%) e mandioca (-2,63%), que em termos reais corresponderam a decréscimos de 65,73%, 49,40% e 49,10%, respectivamente.

O índice geral de preços pagos pela agricultura paulista sofreu acréscimo de 4,95% em abril, devido basicamente ao aumento no índice de insumos adquiridos fora do setor agrícola, de 6,07% (figura 2). Deste setor, os itens de maior variação positiva foram: reparo de máquinas e equipamentos (13,66%), construção e reparo (11,98%) e serviço comprado (9,85%). No setor agrícola, o índice de insumos apresentou acréscimo de 2,47%, sendo que o item animal de trabalho teve a maior variação, de 6,37%. O item alimento de origem agrícola teve novamente uma queda no seu índice, de 0,05%.

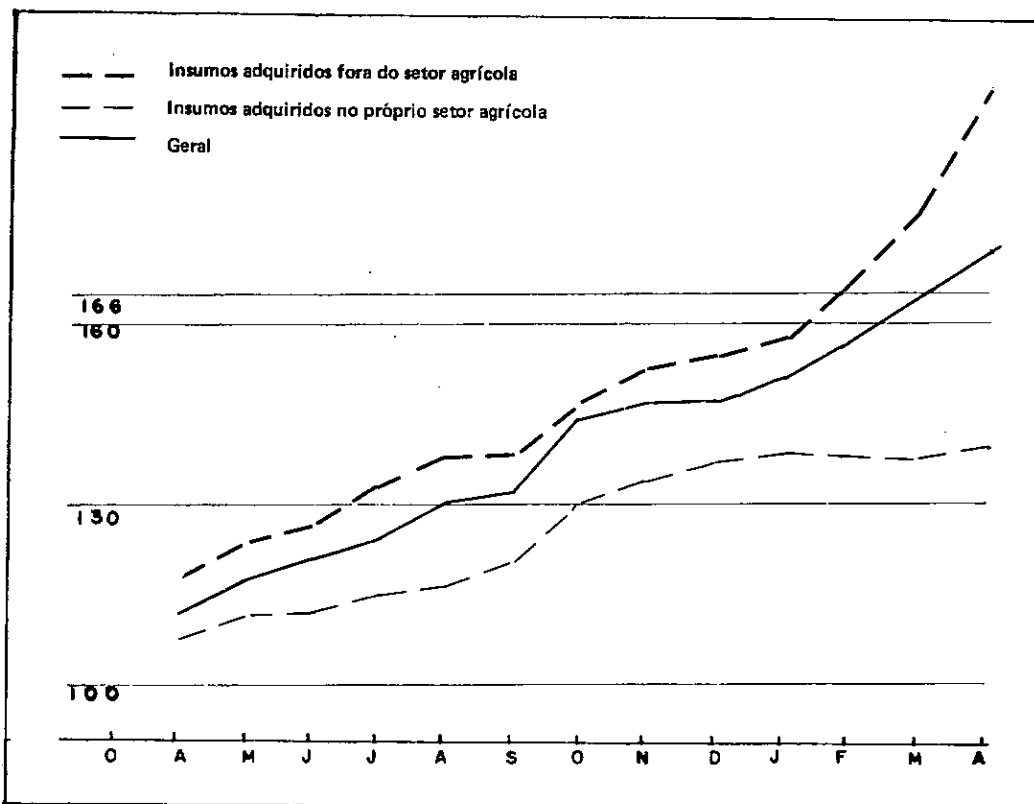


FIGURA 2. - Evolução do Índice de Preços Pagos pela Agricultura Paulista. Abril de 1981 a Abril de 1982.

Base: 1961-62 = 100.

A comparação entre abril de 1982 com igual período do ano passado demonstra, novamente, que a evolução do índice de preços pagos (54,87%) está sendo impulsionada pelo custo dos insumos adquiridos fora do setor agrícola (68,34%), onde os itens que mais contribuíram para isto foram: serviço comprado com 124,90%; reparo e aquisição de máquinas e equipamentos com 124,76% e 101,44%, respectivamente; e vacinas e medicamentos com 91,54%. Os alimentos de origem agrícola, com 31,66%, e animais de produção, com 28,49%, tiveram novamente a menor variação anual.

Da relação entre os dois índices gerais de preços recebido e pago - resulta o índice de paridade, que apesar de sofrer leve elevação relativamente ao mês anterior (1,06%) continua inferior a cem (92,59), significando perda de poder aquisitivo para os agricultores. A discrepância é ainda maior se se considerar a relação com o índice de preços de insumos adquiridos fora do setor agrícola, que se manteve inalterado em 83,35 (figura 3).

Comparando a variação do índice de preços recebidos (IPR) pelos agricultores paulistas de 6,1% com a do índice geral de preços (IGP)-DI de 5,4% nota-se uma leve melhora, uma vez que os agricultores conseguiram em abril acréscimos dos preços de seus produtos pouco acima da inflação do mês, levando a crer que a discrepância entre os dois índices tende a

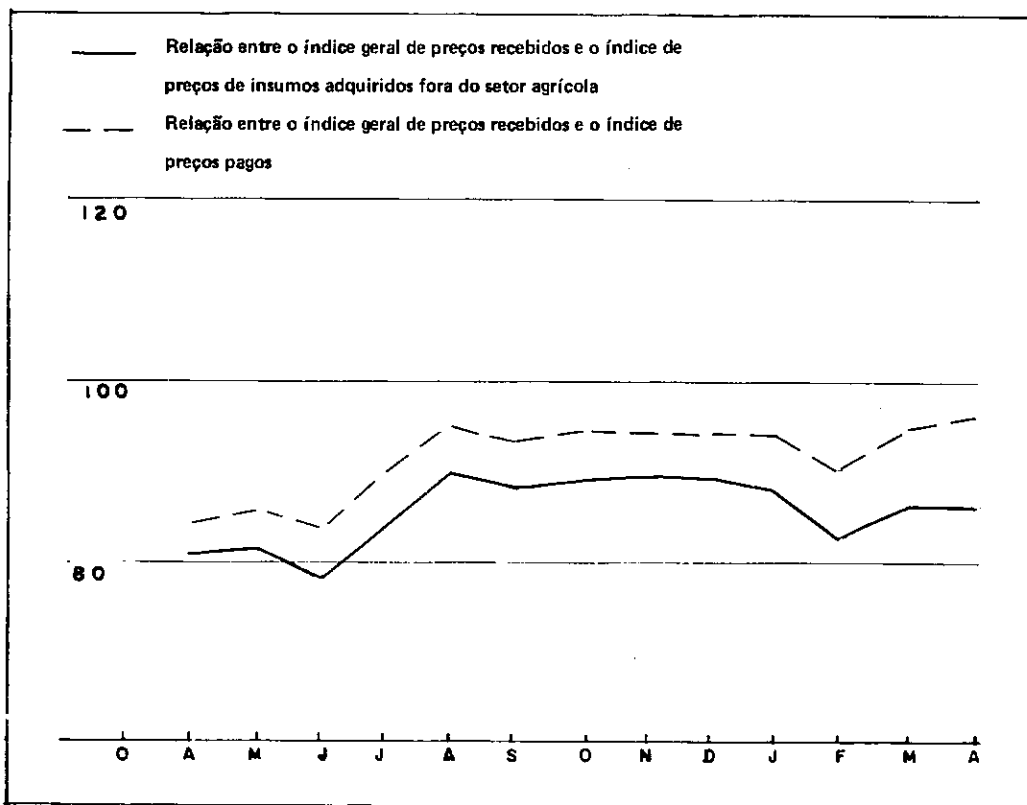


FIGURA 3. - Evolução do Índice de Paridade no Estado de São Paulo. Abril de 1981 a Abril de 1982.

Base: 1961-62 = 100.

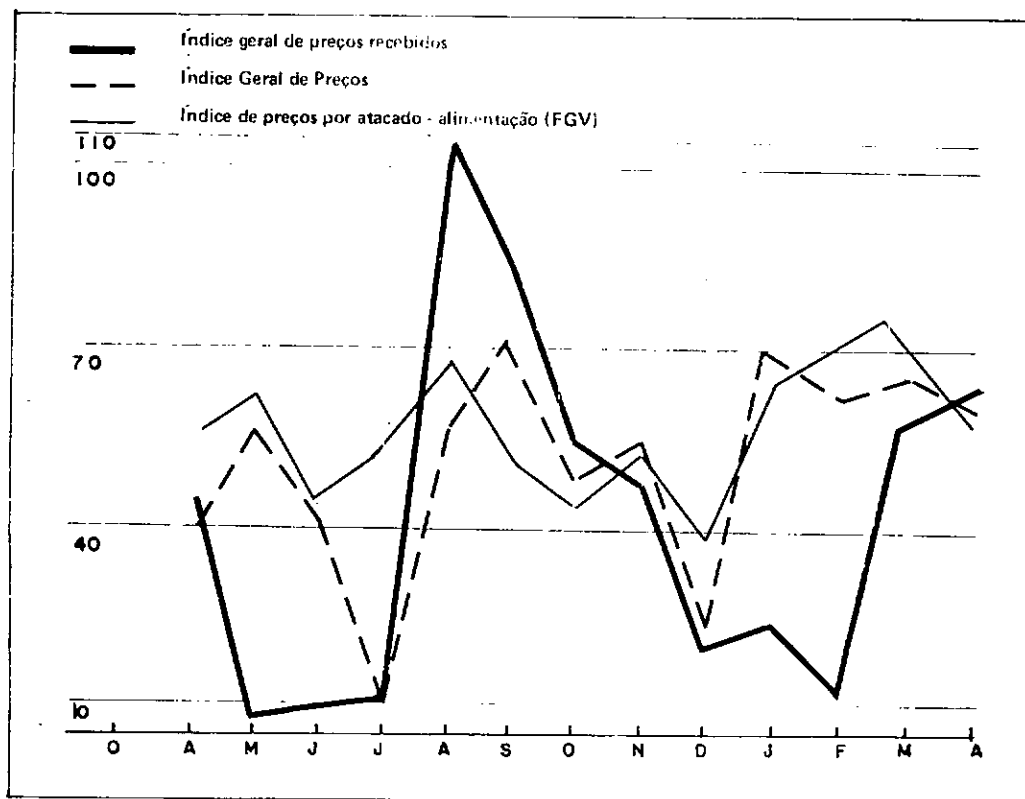


FIGURA 4. - Evolução do Índice de Preços Recebidos pelos Agricultores Paulistas, Índice Geral de Preços, Índice de Preços por Atacado - Alimentação (FGV).

se reduzir com a melhora das condições econômicas do País. O comportamento do Índice de preços por atacado para o item alimentação foi bem semelhante ao da inflação (5,8%), ou seja, os preços para os atacadistas continuam se mantendo atualizados (figura 4).

---

#### CESTA DE MERCADO

---

O valor da Cesta de Mercado para o mês de abril foi de Cr\$20.538,04, com acréscimo percentual de 4,2% em relação ao mês de março de 1982. Essa taxa foi inferior à registrada no mesmo período do ano passado (5,0%). A elevação percentual de abril de 1982, comparativamente a abril de 1981, situou-se em 76,4% e a variação acumulada com base em dezembro de 1981, elevou-se para 22,3% (quadro 2).

A participação dos produtos de origem vegetal no total da Cesta foi de 61,5% e os de origem animal 38,5%; os seus respectivos incrementos foram da ordem de 0,9% e 9,8% (quadro 3).

Os produtos de origem vegetal que sofreram as maiores elevações de preços foram: cebola, com 29,6%; açúcar, com 20,2%; e pão com 16,7%; além de outros com pequenas elevações. As quedas significativas dos produtos deste grupo foram registradas pelo subgrupo frutas (-13,4%), devido principalmente à laranja e à banana e ao tomate (-11,4%).

Por outro lado, o grupo de produtos de origem animal apresentou elevação quase que na sua totalidade, exceto aves, com queda de 1,2%. As maiores altas foram: 26,6% do leite; 17,3% dos derivados do leite (manteiga e queijo); e 8,7% dos derivados da carne suína (lingüiça, banha e toucinho). A carne bovina, item de maior importância alimentícia, sofreu acréscimo de 4,7%.

As altas do leite e seus derivados eram de se esperar, em decorrência do reajuste dos preços de leite para consumo e do destinado à industrialização, além da liberação do tabelamento do leite tipo B, a partir do dia 19 de abril de 1982.

QUADRO 2. - Variações Percentuais da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1982

Mês	Variação em relação a		
	Mês Anterior	Dez. 1981	Mesmo mês de 1981
Jan.	4,4	4,4	74,0
Fev.	4,9	9,5	73,6
Mar.	7,2	17,5	77,5
Abr.	4,2	22,3	76,4

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 3. - Variações Percentuais dos Custos de Alimentação, Produtos de Origem Vegetal, Produtos de Origem Animal e Total da Cesta de Mercados em Relação ao Mês Anterior, Cidade de São Paulo, 1981-82

Mês	Produtos de origem vegetal		Produtos de origem animal		Total	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982
Jan.	3,0	4,1	9,3	4,9	8,5	4,4
Fev.	6,2	5,2	3,5	4,5	5,2	4,9
Mar.	5,8	8,7	3,0	4,7	4,7	7,2
Abr.	4,7	0,9	5,5	9,8	5,0	4,2
Mai.	-0,2	...	3,6	...	1,3	...
Jun.	2,3	...	2,5	...	2,3	...
Jul.	3,7	...	8,0	...	5,4	...
Ago.	13,8	...	6,9	...	11,0	...
Set.	6,1	...	4,0	...	5,3	...
Out.	4,0	...	2,4	...	3,4	...
Nov.	4,1	...	3,1	...	3,7	...
Dez.	6,9	...	2,8	...	5,3	...
Variação média mensal	5,4	4,7	4,6	6,0	5,1	5,2
Variação acumulada (1)	87,9	20,2	70,4	25,9	80,9	22,3

(1) A variação acumulada de 1981 tem como base dezembro de 1980 e a variação acumulada de 1982 tem como base dezembro de 1981.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.